



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

Código de Autenticação 104E.2063.638A.3E09

Cetidão gerada em 12/6/2015 13:12:28

PROTOCOLO SIARCO 15/906678-6

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

EMPRESA CONSTRUTORA J M T LTDA EPP
NIRE 26.2.0175622-8
ATO 002 - ALTERAÇÃO
EVENTO(S) 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)


ASSINADO POR

ARQUIVADO EM 12/6/2015 13:12:28

AUTENTICIDADE 104E.2063.638A.3E09

Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=104E2063638A3E09>

Recife, 12 de junho de 2015


André Ayres Bezerra da Costa
Secretário Geral



Documento disponibilizado a 10.897.444/0001-25 - CONSTRUTORA JMT LTDA EPP
Data - 15/06/2015 10:23:40
Código de Autenticação 104E.2063.638A.3E09
Junta Comercial de Pernambuco
Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=104E2063638A3E09>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

CHANCELA DIGITAL

NIRE 26.2.0175622-8
Nº PROTOCOLO 15/906678-6 PROTOCOLADO 12/6/2015 08:14:36
Nº ARQUIVAMENTO 20159066786 ARQUIVADO 12/6/2015 13:12:28
EMPRESA CONSTRUTORA J M T LTDA EPP



JUCEPE

**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE LIMITADA
"CONSTRUTORA JMT LTDA EPP"**

CNPJ DO ME SOB O Nº 10.897.444/0001-25


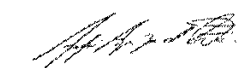
Pelo presente instrumento particular de alteração do contrato social da sociedade limitada denominada **"CONSTRUTORA JMT LTDA EPP"**, como outorgantes e reciprocamente outorgados, o senhor **MIKAEL COUTINHO XAVIER**, capaz, brasileiro, casado judicialmente com comunhão universal de bens, nascido em data de 09 de março de 1981, engenheiro, inscrito no CPF do MF/Nº. 039.073.574-42 e Cédula de Identidade RG de Nº. 5.566.640 – SSP/PE, residente e domiciliado à Rua Rodrigo Teotônio de Araújo, Nº 80 – Condomínio Sol Nascente – Bairro Cidade Universitária – CEP 56300-000 na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. **MARTA CALLOU BARROS COUTINHO**, capaz, brasileira, casada judicialmente com comunhão universal de bens, nascido em da de 09 de dezembro de 1963, funcionária publica, inscrito no C.P.F. do MF/Nº 223.469.103-68 e Cédula de Identidade de Nº2007265943-7 – SSPDS-CE, residente e domiciliado a Rua Capitão Pedro B da Cruz, Nº356 – Bairro Centro – CEP 56000-000 na cidade de Salgueiro, no Estado de Pernambuco.

Sócios da sociedade limitada denominada **"CONSTRUTORA JMT LTDA EPP"** constituída através de instrumento particular devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – **JUCEPE**, sob o numero 26201756228 em data de 11/06/2009, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ/MF Nº 10.897.444/0001-25, com sede na Avenida Maria de Lourdes Amando de Siqueira nº 981, Vila Eulália, Petrolina – PE, CEP – 56.331-020, deliberam de pleno e comum acordo, e **RESOLVEM ALTERAR – DO CAPÍTULO II, a alínea "B", da CLÁUSULA QUINTA E DO CAPÍTULO VIII, A CLAUSULA DÉCIMA NONA,** do Contrato Social da **SOCIEDADE LIMITADA** em restrita observância ao disposto na **Lei Nº. 10.406 de 10 de Janeiro de 2002**, que institui o novo Código Civil Brasileiro, que passará doravante e reger-se pelas regras contratuais adiante transcritas e, nos casos omissos, pela legislação aplicável, a saber:

Emanuel dos Santos
Analista de Processos
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

**CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES**

B-) O sócio MARTA CALLOU BARROS COUTINHO, é titular de uma participação no capital social de **404.537** (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e trinta e sete) quotas, do valor de **R\$ 1,00** (um real), cada uma delas, perfazendo uma participação no

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
	CERTIFICÓ O REGISTRO EM: 12/06/2015
	SOB Nº: 20159066786
	Protocolo: 15/906678-6
	Empresa: 26 2 0175622 8
CONSTRUTORA J M T LTDA EPP	
	
ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA	
SECRETARIO-GERAL	

[Handwritten signatures]



montante de **R\$ 404.537,00** (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e trinta e sete reais);

ALTERAR:

A sócia **MARTA CALLOU BARROS COUTINHO**, acima qualificada retira-se da sociedade e transfere suas quotas na integralidade para o sócio ingressante **ISAAC LUCIANO CALLOU COUTINHO**, brasileiro, capaz, solteiro, empresário, portador do RG nº. 8.228.439 SDS/PE e inscrito no CPF sob o nº. 086.490.974-80, residente e domiciliado a Rua Capitão Pedro B. da Cruz, Nº356 – Bairro Centro – CEP 56000-000 na cidade de Salgueiro, no Estado de Pernambuco, declara ainda ter recebido neste ato os haveres perante a sociedade, nada mais tendo a declarar em juízo ou fora dele, seja a que título for, nem dos cessionários, nem da sociedade, dando-lhe geral, plena, rasa, irrevogável e irretratável quitação.

B-) O sócio **ISAAC LUCIANO CALLOU COUTINHO**, é titular de uma participação no capital social de **404.537** (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e trinta e sete) quotas, do valor de **R\$ 1,00** (um real), cada uma delas, perfazendo uma participação no montante de **R\$ 404.537,00** (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e trinta e sete reais);

A CLÁUSULA QUINTA, sua alínea “A” e os parágrafos PRIMEIRO, SEGUNDO, TERCEIRO e CLÁUSULA SEXTA, permanecem inalteradas.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Os sócios quotistas **MIKAEL COUTINHO XAVIER** declara, sob as penas da lei, que não estão sendo processados nem muito menos foram em tempo algum “definitivamente condenado pela prática de crime cuja pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, ou por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato ou, ainda, por crime contra a propriedade, a economia popular ou a fé pública”, achando-se, por conseguinte, livres de quaisquer impedimentos para o regular exercício da administração desta sociedade.

ALTERAR:

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Os sócios quotistas **MIKAEL COUTINHO XAVIER** e **ISAAC LUCIANO CALLOU COUTINHO** declaram, sob as penas da lei, que não estão sendo processados nem muito menos foram em tempo algum “definitivamente condenado pela prática de crime cuja pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, ou por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato ou, ainda, por crime contra a

Emanuel Beneditos Santos
Analista de Processo
Junta Comercial do Estado de Pernambuco



propriedade, a economia popular ou a fé pública”, achando-se, por conseguinte, livres de quaisquer impedimentos para o regular exercício da administração desta sociedade.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I **DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO,** **OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO**

DA DENOMINAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade se regerá pela denominação de “**CONSTUTORA J M T LTDA EPP**” e usará o nome de fantasia de **J M T CONSTRUTORA**.

DA SEDE E FORO

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade limitada tem sede e foro social situada a AVENIDA MARIA DE LOURDES AMANDO SIQUEIRA, Nº 981, BAIRRO VILA EULÁLIA, PETROLINA-PE - CEP 56331-020, na cidade de PETROLINA, estado de PERNAMBUCO.

PARÁGRAFO ÚNICO: Mediante deliberação da administração, a sociedade empresária poderá instalar, extinguir e relocalizar sucursais, filiais, escritórios em qualquer praça do País, observados as disposições legais.

OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem por objetivos as atividades de construção de rede de abastecimentos de água, coleta de esgoto, incorporação de empreendimentos imobiliários, construção de edifícios, construção de rodovias e ferrovias, pinturas e sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, construção de barragens e represas para geração de energia elétrica, obras de urbanização (ruas, praças e calçadas), obras de irrigação, construção de instalações recreativas e esportivas, preparação, instalação e administração de canteiros de obras, perfurações e sondagens, obras de terraplenagem, instalações e manutenção de sistemas hidráulicas, sanitárias, de gás, ar condicionados e contra incêndios, montagem e instalação de sistemas de iluminação e equipamentos em vias públicas, obras de fundações, obras de acabamentos em construções civil, serviços de engenharia e aluguel de maquinas e equipamentos para construção sem operador.

Emanuel Bodin dos Santos
Analista de Processos
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto social poderá ser modificado ampliado ou reduzido, obedecidas às disposições normativas pertinentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto social será desenvolvido de modo gradativo, em correspondência aos seus interesses econômico-financeiros e observadas as conveniências do mercado.

DO PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade empresarial iniciou suas atividades em 11/06/2009 e tem prazo de duração indeterminada.

CAPÍTULO II **DO CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES**

CLÁUSULA QUINTA: O capital social integralizado é de **R\$ 809.074,00** (oitocentos e nove mil e setenta e quatro reais), sendo o valor de **R\$ 417.074,00** (quatrocentos e dezessete mil e setenta e quatro reais), já integralizado em moeda corrente nacional e **R\$ 392.000,00** (trezentos e noventa e dois reais), já integralizado em bens imóveis, também em momento anterior, da seguinte forma e conforme discriminado abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	Unid.	Vlr.Unit.	TOTAL
Máquina de meio fio DM 250	1,00	R\$ 14.500,00	R\$ 14.500,00
Vibradores	2,00	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00
Motor bomba 5.5 4T - Branco	1,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Motor a Gasolina - Agrale	1,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Motor Vibrador trifásico de 2 cv - JOWA	2,00	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
Betoneira sem motor de 300 Litros	1,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00
CAMINHÃO - F-4000 - ANO - 1992	1,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
CAMINHÃO MUCK VW - 12140 T - ANO 1998	1,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
ÔNIBUS VOLKS/COMIL - ANO 1999	1,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
CAMINHONETE - TOYOTA HILUX 4 X 4 - ANO 2010	1,00	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00

Emanuel Benedito Santos
 Analista de Processos
 Junta Comercial do Estado de Pernambuco







COMPRESSOR AR XAS 186, COM ACESSÓRIOS	1,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
TERRENO DE 500 M2	1,00	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00
TOTAL	-	-	R\$392.000,00

Dividido em **809.074** (oitocentos e nove mil e setenta e quatro) quotas do valor nominal de **R\$ 1,00** (um real), cada uma delas, as quais são distribuídas entre os sócios, da seguinte forma:

A-) O sócio MIKAEL COUTINHO XAVIER, é titular de uma participação no capital social de **404.537** (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e trinta e sete) quotas, do valor de **R\$ 1,00** (um real), cada uma delas, perfazendo uma participação no montante de **R\$ 404.537,00** (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e trinta e sete reais);

B-) O sócio ISAAC LUCIANO CALLOU COUTINHO, é titular de uma participação no capital social de **404.537** (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e trinta e sete) quotas, do valor de **R\$ 1,00** (um real), cada uma delas, perfazendo uma participação no montante de **R\$ 404.537,00** (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e trinta e sete reais);

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Art. 1.052, da Lei Nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes, mediante emissão de novas quotas a serem realizadas em moeda corrente e legal do País e ou pela incorporação de bens passíveis de avaliação pecuniária e ou pela apropriação de reservas inscritas na contabilidade social e ou por qualquer forma prevista em lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos aumentos do capital social, a preferência para subscrição das novas quotas será atribuída aos sócios na exata proporção da participação de cada um deles no capital da sociedade.

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade poderá ter participação de capital, como quotistas ou acionistas, em outras sociedades, bem como, realizar operações societárias de incorporação, fusão, cisão, associação empresarial, parceria empresarial, franquia empresarial, alianças estratégicas e joint ventures, com empresas nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Emanuel Bonfim dos Santos
Analista de Processos
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

[Assinaturas]





CLÁUSULA SETIMA: A representação e administração da sociedade empresária, ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial, ordinária ou extraordinária, cabem ao sócio-quotista e administrado por: **MIKAEL COUTINHO XAVIER**, que ficam investidos de poderes bastantes para praticar, isoladamente ou conjuntamente em nome da sociedade, qualquer ato de ordinária e extraordinária, inclusive emitir, endossar cheques e notas promissórias; emitir, aceitar e endossar duplicatas; aceitar emitir e endossar letras câmbio; abrir, movimentar, e extinguir contas bancárias; assinar e firmar compromisso; receber e dar quitação; admitir e demitir empregados; contratar empréstimo ou financiamento com garantias reais e pessoais; que devam ser tomados a estabelecimentos bancários oficiais e privados; alienar bens imóveis da sociedade, inclusive alienação fiduciária de bens móveis; ceder e transferir participações societárias; constituir garantias reais sobre bens móveis ou imóveis da sociedade; prestar avais ou fianças; constituir ou nomear procurador(es) judicial(is) para negócios forenses e não forenses; assinar demonstrações financeiras e relatório gerencial da sociedade; fixar política de recursos humanos da sociedade, incluindo a determinação salarial e as diretrizes de concessão de gratificações; exercer a supervisão e a administração da sociedade; fixar a política organizacional e funcional da sociedade; elaborar o planejamento estratégico da sociedade; fixar, orientar e supervisionar a política financeira e econômica da sociedade; elaborar e aprovar programação orçamentária de cada exercício; transigir, acordar, assumir obrigações em nome sociedade; autorizar e formalizar as operações de incorporação, fusão, cisão, associação empresarial, parceria empresarial, alianças estratégicas e joint ventures, com empresas nacionais e estrangeiras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os negócios realizados com a inobservância das disposições deste artigo serão ineficazes em relação à sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores da sociedade limitada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Ao término de cada exercício social, em data de 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

PARÁGRAFO QUARTO: Os sócios quotistas poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de *Pro Labore*, a ser atribuído os administradores da sociedade, quando do efetivo exercício do cargo, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

PARÁGRAFO QUINTO: São defesos os sócios quotistas e administradores o uso do nome da sociedade em negócios, títulos ou contratos que não sejam considerados do exclusivo interesse da sociedade, sob pena de responsabilidade perante terceiros e perante a sociedade.

Emanuel Bonifácio Santos
Analista de Processos
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

[Assinatura]

[Assinatura]



JUCEPE

CLÁUSULA OITAVA: A sociedade não possuirá Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV

DO ANO E DO RESULTADO SOCIAL

CLÁUSULA NONA: O ano social começa no dia **01** (primeiro) de janeiro e termina no dia **31** (trinta e um) de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA DÉCIMA: No dia **31** (trinta e um) de dezembro de cada ano, ou seja, ao término de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que deverá ser concluído dentro do prazo de **90** (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Efetuadas as deduções autorizadas pela legislação do imposto de renda, dos lucros sociais porventura verificados em cada ano, serão deduzido e constituídos as reservas obrigadas por lei, sendo os lucros restantes partilhados entre os sócios na exata proporção do valor da participação de cada um deles no capital social.

CAPÍTULO V

DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade não se dissolverá pelo falecimento, interdição ou declaração judicial de insolvência de qualquer um dos sócios, que continuará com o(s) remanescente(s).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Na hipótese de falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios, os herdeiros ou o representante legal do interdito poderá participar da sociedade desde que o(s) sócio(s) remanescente(s) com isso concorde.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade dissolver-se-á de pleno direito, por qualquer das causas previstas nos Artigos 1.044 e 1.033 da **Lei Nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002** (Código Civil Brasileiro), cabendo os sócio-quotistas elegerem o liquidante, que poderá ser pessoa estranha ao quadro social, com como determinar a forma de liquidação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Não havendo consenso quanto à forma de liquidação, esta será processada judicialmente.

Emanuel Gonçalves Santos
Analista de Processos
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

Palmeira

[Assinatura]



CAPÍTULO VI **DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Dissolvida a sociedade, nos casos legais, a partilha do saldo que na liquidação seja porventura apurado, será feita entre os sócios na exata proporção das suas respectivas participação no capital social.

CAPÍTULO VII **DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Por ser uma sociedade limitada de menor porte, com número de sócios inferior a 10 (dez), as deliberações sociais serão tomadas em simples reunião.


CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O quorum para as deliberações sociais observará rigorosamente o disposto nos Artigos 1010,1071 e seguintes da Lei Nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O sócio dissidente será facultado retirar-se da sociedade mediante o reembolso de suas quotas pelo valor patrimonial apurado em balanço especialmente levantado para essa finalidade até o mês anterior aquele em que comunicou sua intenção de se retirar e pago ao sócio ou seus representantes legais em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, de igual valor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O sócio dissidente deverá comunicar expressamente, a Sociedade, a sua intenção de se retirar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias contados do arquivamento da alteração contratual que implementar a modificação da qual tenha divergido.

CAPÍTULO VIII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Os sócios quotistas **MIKAEL COUTINHO XAVIER e ISAAC LUCIANO CALLOU COUTINHO** declaram, sob as penas da lei, que não estão sendo processados nem muito menos foram em tempo algum "definitivamente condenado pela prática de crime cuja pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, ou por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato ou, ainda, por crime contra a


 Emanuel Brito dos Santos
 Administrador de Empresas
 Junta Comercial de Pernambuco








propriedade, a economia popular ou a fé pública", achando-se, por conseguinte, livres de quaisquer impedimentos para o regular exercício da administração desta sociedade.

E, por se acharem assim, justos e contratados, mandaram digitar o presente instrumento de quinta alteração contratual da sociedade limitada e contrato social consolidado em via única, o que depois de ser por todos lido e achado inteiramente conforme, vai pelas partes assinado para todos os efeitos de direito.

PETROLINA (15), DE ABRIL DE 2015.

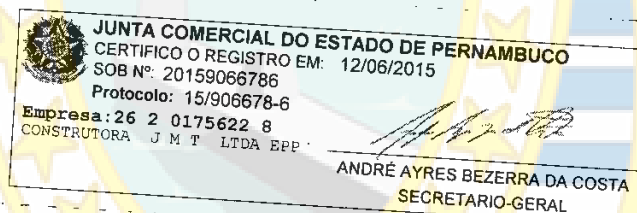

MIKAEL COUTINHO XAVIER


MARTA CALLOU BARROS COUTINHO


ISAAC LUCIANO CALLOU COUTINHO


CAIO CIRO AZEVEDO CALLOU
ADVOGADO - OAB/PE - Nº 27485


Emanuel Bonfim dos Santos
 Analista de Processos
 Junta Comercial do Estado de Pernambuco



1710 1817

1824 1889

